

Estudo de caso 3 - direito da família - pensão de alimentos - Lituânia

Custas na Lituânia

Custas do tribunal, recursos e resolução alternativa de litígios

Estudo de caso	Tribunal	Taxa de transcrição	Outras taxas
	Taxa inicial		
Caso A	Os demandantes que requerem a prestação de alimentos estão isentos do pagamento da taxa oficial em processos julgados em tribunal. Os cidadãos ou pessoas colectivas de outro país estão sujeitas às mesmas condições de isenção, redução, adiamento ou calendarização dos pagamentos aplicáveis aos cidadãos lituanos	As partes pagam 10 LTL pela cópia de um documento processual e 1 LTL por cada página	O tribunal condena a parte vencida a pagar as custas processuais incorridas pela parte vencedora, mesmo que essa parte esteja isenta do pagamento de custas processuais ao Estado
Caso B		Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional

Estudo de caso	Recursos	Taxa de transcrição	Outras taxas
	Taxa inicial		
Caso A	Os demandantes que requerem a prestação de alimentos estão isentos do pagamento da taxa oficial em processos julgados em tribunal	As partes pagam 10 LTL pela cópia de um documento processual e 1 LTL por cada página	O tribunal condena a parte vencida a pagar as custas processuais incorridas pela parte vencedora, mesmo que essa parte esteja isenta do pagamento de custas processuais ao Estado
Caso B	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional

Estudo de caso	RAL	Custos
	Esta opção é possível neste tipo de caso?	
Caso A	Sim, depois de a questão principal ter sido identificada numa sessão preliminar, o tribunal proporá às duas partes a possibilidade de chegarem a um acordo de compromisso mutuamente aceitável, resolvendo assim amigavelmente o litígio	Gratuito
Caso B	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional

Custos de advogado, oficial de justiça e perito

Estudo de caso	Advogado	
	A representação é obrigatória?	Custos médios
Caso A	A representação por um advogado não é obrigatória	Ver atrás, secção sobre o quadro regulamentar que prevê os honorários dos profissionais da Justiça
Caso B	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional

Estudo de caso	Oficial de justiça		
	É obrigatório recorrer a um O.J.?	Custas pré-judiciais	Custas pós-judiciais
			Não. Os oficiais de justiça só intervêm depois de ter sido emitido o título executivo
			Custos de execução:
			1) Os pagamentos periódicos da pensão de alimentos são executados por retenção do salário do devedor - 30 LTL pela execução, que o oficial de justiça recebe por cada processo de execução, e outros custos de execução, que são função do tipo e da quantidade das medidas de execução
			2) Quando a pensão de alimentos em falta é cobrada por apreensão dos bens do devedor, os custos do processo de execução e os honorários do oficial de justiça serão função do montante da dívida
Caso A	Não	Não	
	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	
Caso B			Idêntico à situação nacional

Estudo de caso	Perito		
	É obrigatório recorrer a um perito?		Custo
			A parte que apresenta o pedido deve constituir uma garantia no montante estabelecido pelo tribunal. O montante máximo da despesa autorizada será estabelecido pelo Governo ou por uma instituição autorizada. O tribunal condena a parte vencida a pagar as custas processuais incorridas pela parte vencedora, mesmo que essa parte esteja isenta do pagamento de custas processuais ao Estado
Caso A	O tribunal pode designar um perito ou ordenar uma peritagem para questões que exijam conhecimentos específicos, científicos, médicos, artísticos, de engenharia ou outros conhecimentos profissionais, de acordo com a opinião das partes no processo		
Caso B	Idêntico à situação nacional		Idêntico à situação nacional

Custos de compensação de testemunhas, garantias e outras taxas relevantes

Estudo de caso	Compensação de testemunhas		Garantias
	As testemunhas são compensadas pelas respectivas despesas?	Custo	Esta possibilidade existe? Quando e como é usada? Custo

				O tribunal deve ter em conta a situação financeira da parte que efectua o pagamento; o montante dependerá da natureza do processo, mas não poderá ser superior a 100 000 LTL
Caso A	Sim, os montantes pagos às testemunhas são adicionados às despesas relacionadas com o julgamento do processo	Ver atrás, secção sobre honorários de peritos	Ver atrás, secção sobre honorários de peritos	
Caso B	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional

Estudo de caso

	Outras taxas		Custo
	Descrição		
			Ver atrás, secção sobre peritos; as despesas de procura de um demandado devem ser pagas pela parte que pediu a procura ao tribunal
			Ver secção sobre os honorários dos oficiais de justiça
	Outras despesas incluem: 1) a inspecção de um local; 2) a procura do demandado; 3) citações e notificações; 4) a execução do acórdão do tribunal; 5) o reembolso do trabalho do curador; 6) outras despesas necessárias e razoáveis		Um tutor tem direito a receber uma remuneração pela representação, de acordo com as tarifas e o procedimento estipulados pelo Governo ou por uma instituição autorizada; os custos de representação são suportados pela parte por cuja iniciativa foi nomeado um tutor, que deve pagar antecipadamente os respectivos custos de representação
Caso A			
Caso B	Idêntico à situação nacional		Idêntico à situação nacional

Custos do apoio judiciário e outros reembolsos

Estudo de caso

	Apoio judiciário		
	Quando e em que condições é aplicável?	Quando é que o apoio é total?	Condições?
	O apoio judiciário primário pode ser requerido tal como se descreve mais atrás, na secção sobre apoio judiciário	O Estado garante 100% dos custos do apoio judiciário primário	As pessoas que desejem receber apoio judiciário primário podem requerê-lo ao órgão executivo municipal do seu local de residência
	O apoio judiciário secundário pode ser obtido nas condições estabelecidas na secção sobre apoio judiciário	Os custos do apoio judiciário secundário têm em conta os bens e o rendimento da pessoa (ver secção sobre apoio judiciário)	As pessoas que desejem receber apoio judiciário secundário devem apresentar um requerimento especificando o apoio solicitado, acompanhado de documentos comprovativos da sua elegibilidade para apoio judiciário secundário
Caso A			

Estudo
de
caso

Reembolsos

A parte
vencedora pode
obter um
reembolso dos
custos
processuais?

Se o reembolso não for integral,
qual é geralmente a
percentagem?

Quais são os custos
que nunca são
reembolsados?

Há casos em que o apoio
judiciário deve ser reembolsado
à entidade que o concede?

Caso A	A parte vencedora pode ser reembolsada dos custos processuais pela parte vencida	<p>Quando o apoio judiciário secundário é retirado pelos motivos referidos no artigo 23.º, n.º 1, alíneas 1), 2) e 6) da lei, os custos devem ser reembolsados pela pessoa a quem foi concedido o apoio, de acordo com o procedimento estabelecido na lei</p> <p>Quando o seguro reembolsa os custos do apoio judiciário secundário já subsidiado pelo Estado, esses custos devem ser reembolsados ao Estado no prazo de um mês após o pagamento da prestação do seguro, de acordo com o procedimento estabelecido pelo Ministro da Justiça. Caso esses custos não sejam reembolsados pelo beneficiário do apoio, a recuperação será efectuada de acordo com o procedimento legal</p> <p>Quando for concedido apoio judiciário secundário (artigo 12.º, n.º 6, da lei) e a situação do beneficiário do apoio se alterar [artigo 11.º, n.º 2, alínea 1)], este deve restituir ao erário público o montante do apoio judiciário secundário, no prazo estabelecido pelo Serviço. Se o não fizer, os custos serão recuperados de acordo com o procedimento legal</p> <p>Quando o Estado suporta 50% dos custos do apoio judiciário secundário e o requerente não paga no prazo estipulado a sua percentagem de 50% dos custos do apoio judiciário concedido no âmbito do processo civil ou administrativo, o processo pode ser encerrado sem que o tribunal decida do mérito da causa e o requerente deve reembolsar os custos do apoio judiciário secundário prestado, no prazo estipulado pelo serviço. O Estado será representado pelo Serviço de Apoio Judiciário</p>	<p>Quando o apoio judiciário secundário é retirado pelos motivos referidos no artigo 23.º, n.º 1, alíneas 1), 2) e 6) da lei, os custos devem ser reembolsados pela pessoa a quem foi concedido o apoio, de acordo com o procedimento estabelecido na lei</p> <p>Quando o seguro reembolsa os custos do apoio judiciário secundário já subsidiado pelo Estado, esses custos devem ser reembolsados ao Estado no prazo de um mês após o pagamento da prestação do seguro, de acordo com o procedimento estabelecido pelo Ministro da Justiça. Caso esses custos não sejam reembolsados pelo beneficiário do apoio, a recuperação será efectuada de acordo com o procedimento legal</p> <p>Quando for concedido apoio judiciário secundário (artigo 12.º, n.º 6, da lei) e a situação do beneficiário do apoio se alterar [artigo 11.º, n.º 2, alínea 1)], este deve restituir ao erário público o montante do apoio judiciário secundário, no prazo estabelecido pelo Serviço. Se o não fizer, os custos serão recuperados de acordo com o procedimento legal</p> <p>Quando o Estado suporta 50% dos custos do apoio judiciário secundário e o requerente não paga no prazo estipulado a sua percentagem de 50% dos custos do apoio judiciário concedido no âmbito do processo civil ou administrativo, o processo pode ser encerrado sem que o tribunal decida dos méritos da causa e o requerente deve reembolsar os custos do apoio judiciário secundário prestado, no prazo estipulado pelo serviço</p> <p>Quando for necessário recuperar os custos do apoio judiciário secundário, o Estado será representado pelo Serviço de Apoio Judiciário</p>
--------	--	---	---

Custos de tradução e interpretação

Estudo de caso	Tradução		Interpretação	
	Quando e em que condições é necessária?	Custo aproximado?	Quando e em que condições é necessária?	Custo aproximado?
	Todos os documentos processuais e respectivos anexos devem ser apresentados ao tribunal na língua oficial nacional	Uma parte cujos documentos processuais devam ser traduzidos para uma língua estrangeira deve constituir antecipadamente uma garantia destinada a cobrir as custas processuais, cujo montante é estabelecido pelo tribunal. Quando as duas partes apresentam petições, a garantia deve ser constituída pelas duas partes, em percentagens iguais	Deve ser garantido às pessoas que não falam a língua oficial o direito a serviços de tradução/interpretação no decurso do processo	O tribunal deve pagar os montantes devidos a tradutores/intérpretes com fundos do erário público
Caso A	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional
Caso B	nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	nacional

■ Última atualização: 01/05/2010

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.